

PRÁTICAS COMUNICACIONAIS ACIONADAS PARA A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO

Patrícia Kolling

Mestre em Comunicação; Jornalista; Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Campus Universitário do Araguaia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: patikolling@gmail.com ORCID ID 0000-0002-1599-6344.

Karla Maria Müller

Doutora em Ciências da Comunicação; Mestre em Comunicação; Especialista em Educação de Adultos; Relações Públicas, Jornalista e Publicitária. Professora Titular e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM | UFRGS. E-mail: kmmuller@ufrgs.br. ORCID iD 0000-0001-8884-5216.

Resumo: A proposta deste artigo é refletir sobre as práticas de comunicação que integram o processo histórico do movimento indígena brasileiro, desde a década de 70 até os dias atuais. O artigo traz à tona as relações entre as ações políticas, sociais e comunicacionais ao longo do desenvolvimento do movimento. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, especialmente a consulta a trabalhos acadêmicos sobre o movimento e a comunicação indígena, e a pesquisa documental. A pesquisa mostrou que as ações de comunicação fazem parte da trajetória histórica do movimento indígena brasileiro e, quanto mais o movimento foi conquistando autonomia e seus agentes, protagonismo, as ações de comunicação também foram se aperfeiçoando.

Palavras-chave: Movimento indígena brasileiro; Movimentos sociais; Protagonismo indígena; Práticas comunicacionais; Mídia indígena.

Abstract: The purpose of this article is to reflect on the communication practices that are part of the historical process of the Brazilian indigenous movement, from the 70s to the present day. The article brings out the relationships between political, social and communicational actions throughout the development of the movement. The methodology used was bibliographical research, especially the consultation of academic works on the indigenous movement and communication, and documentary research on the internet. The research showed that communication actions are part of the historical trajectory of the Brazilian indigenous movement, and the more the movement gained autonomy and its agents became protagonists, communication actions also improved.

Keywords: Brazilian indigenous movement; Social movements; Indigenous protagonism; Communication practices, Indigenous media.

INTRODUÇÃO

Ao desenvolver a revisão bibliográfica para tese de doutoramento¹, buscou-se trabalhos que contextualizassem historicamente o movimento indígena brasileiro. Paralelamente, para a constituição do estado da arte, foram identificadas pesquisas sobre a comunicação realizada pelos indígenas e pelo movimento indígena e indigenista. Neste processo, percebeu-se quanto esses caminhos se cruzavam e quanto seus agentes foram, com o passar dos anos, ganhando autonomia e protagonismo.

Quando o movimento indígena iniciava o seu processo de organização, na década de 1970, com as primeiras assembleias indígenas, promovidas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), já nasciam dois jornais pioneiros na comunicação das questões indígenas, o Macaxeira e o Porantim. Quase 50 anos depois, em julho de 2020, primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) pela primeira vez ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental², em nome dos povos indígenas e com um advogado indígena. Uma liminar do ministro Luis Roberto Barroso obrigou o governo a tomar medidas sanitárias para conter os danos da pandemia nas terras indígenas. Na internet, proliferaram experiências como a Rádio Yandê e a Mídia Índia que, integradas por indígenas com formação na área da comunicação, produzem informação para os povos indígenas e para a sociedade em geral, tornando-se efetivo espaço de luta e resistência.

Portanto, esse artigo objetiva mostrar as relações que se estabelecem entre o processo histórico do movimento indígena brasileiro e as práticas comunicacionais, revelando como estas se complementam, se fortalecem e percorrem caminhos semelhantes. Citaremos experiências de comunicação coletiva e que trabalham com a produção de informação.

A contextualização deste processo histórico permitirá identificar a materialização de um projeto decolonial em que os indígenas, de forma coletiva, emergem como agentes de mudanças, desestabilizando a colonialidade do saber, do poder e do ser. Os autores decoloniais Nelson Maldonado-Torres (2019) e Anibal Quijano (2005) embasam teoricamente

¹ Este artigo integra projeto de qualificação e tese de doutorado da autora, sob orientação da coautora.

² ADPF 709 é uma ação que busca evitar ou reparar danos a algum princípio básico da Constituição resultante de ato ou omissão do Poder Público.

esta perspectiva. Na área comunicacional, Manuel Castells (2013) auxilia a compreender o poder da comunicação nos movimentos sociais e Alexandre Haubrich (2017), o quanto a comunicação é fundamental na constituição de uma cidadania efetiva e participativa.

Para a produção deste artigo, a pesquisa bibliográfica foi fundamental. Primeiramente, acessamos os trabalhos acadêmicos de Poliane Bicalho (2010), sobre o protagonismo do movimento indígena no Brasil; de Raquel Gomes Carneiro (2019), que apresenta um apanhado sobre os meios de comunicação indígena nas últimas décadas; e de Gilson da Costa (2019), que complementa os dois trabalhos com dados históricos sobre o movimento indígena e o desenvolvimento da produção audiovisual entre os indígenas. A pesquisa e/ou revisão bibliográfica constituíram-se na busca e recuperação de informações teóricas sobre o assunto. A revisão dos materiais bibliográficos instigou a necessidade de pesquisa em sites e documentos disponíveis na internet, ou seja, a prática da pesquisa documental, que é a coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias (LAKATOS; MARCONI, 1991).

O artigo é dividido em períodos temporais por uma questão de organização embora alguns eventos citados transitarem entre o final de uma década e o início de outra. O último período descrito (anos 2000), por tratar-se de um tempo mais longo (20 anos) e também pela efervescência de ações comunicacionais nesta época, exigiu uma reflexão mais extensa.

NOS ANOS 70: MACAXEIRA E PORANTIM

Na década de 1970, o Brasil vivenciava a ditadura militar, mas os anseios pela volta da democratização começavam a nascer e se multiplicavam no país as organizações não governamentais de apoio aos indígenas, principalmente ligadas à Igreja Católica. Entre estas organizações estavam o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado em 1972, com o objetivo de constituir uma relação de respeito com os indígenas e de valorização da diversidade cultural, e a Organização Anchieta, hoje Organização Amazônia Nativa (Opan), criada por voluntários interessados em trabalhar com as causas indígenas.

O Cimi foi responsável por provocar e organizar as primeiras assembleias indígenas, verdadeiros foros políticos abertos, que oportunizaram aos povos indígenas sentir-se uma coletividade, com anseios, frustrações, medos e necessidades semelhantes e tornar público suas dificuldades e reivindicações. A primeira assembleia foi realizada em 1974, em Mato Grosso: “Tais assembleias, que até o final da década chegaram a 15, tiveram grande importância para revelar um conjunto de indígenas que

funcionavam como porta-vozes das reivindicações de seus povos” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 276). Entre as principais pautas estavam: a demarcação das terras, a educação indígena e a relação de descontentamento, desamparo e descrença com a Fundação Nacional do Índio (Funai).

As pautas das assembleias, como pode-se ver na Figura 1, foram manchetes de capa, de um dos primeiros jornais impressos em defesa da causa indígena, o *Porantim*, criado em 1979, pelo Cimi. *Porantim*, na língua da nação indígena Sataré-Mawé, significa *remo, arma, memória* (ASCOM/CIMI, 2017).

Figura 1: Capas do jornal *Porantim*.



Fonte: Ascom/Cimi. Memória e luta: *Porantim* edição 400. 15/12/2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/12/memoria-e-luta-porantim-edicao-400/>. Acessado em: 10 maio 2021.

O Porantim “não era um jornal confessional, da igreja, mas de denúncia, de análise, de informação”, destaca Antonio Carlos Queiroz (2017), repórter do jornal nas décadas de 80 e 90. Segundo Queiroz, o jornal prestava um serviço às lideranças indígenas, aos missionários, aos antropólogos e demais profissionais ligados à causa indígena, e à opinião pública em geral, tendo como principal característica “a prática do jornalismo no sentido mais nobre, sofisticado, profissional” (2017). O jornal existe até hoje, estando em sua 431ª edição e, desde a edição 372, é disponibilizado *on-line*³.

O Porantim originou-se de um outro informativo, o Macaxeira, criado pelos voluntários da Organização Anchieta (Opan). O Macaxeira fez tanto sucesso entre os missionários, religiosos e indígenas, que a coordenação do Cimi solicitou que o Macaxeira deixasse de existir e transferisse a sua equipe de redação para o Secretariado Nacional do Cimi, conforme conta Egydio Schwade (BRAND, 2012).

As primeiras ações do movimento indígena de maneira organizada e a criação dos primeiros jornais relacionados à causa aconteciam no período final do governo militar, para o qual a repressão e a tortura eram formas naturais de barrar as movimentações populares que desafiavam o sistema, entre elas as indígenas. Se, por um lado, havia a repressão, por outro, havia muito descontentamento com a implantação da política desenvolvimentista do governo, que efetivava grandes obras como hidrelétricas e estradas, e a expansão das fronteiras agropecuárias com exploração de madeira e do subsolo, muitas ocupando e invadindo áreas indígenas. Era preciso organizar-se para garantir a posse das terras e outros direitos. O movimento indígena não estava isolado, nacional e internacionalmente, eclodiam ações na luta por reconhecimentos raciais, étnicos e de gênero.

Em nível mundial, surgiam novas abordagens para as populações etnicamente diferenciadas, que divergem do mundo ocidental homogeneizador e reconhecem o caráter multiétnico e pluricultural das sociedades latino-americanas (BICALHO, 2010). Uma perspectiva diferenciada, para que os indígenas deixassem de ser tratados como grupos populacionais de um Estado e, por conseguinte, assumissem a condição de povos no contexto de uma sociedade multiétnica, com identidade e organização própria.

³ <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>

ANOS 80: A BATALHA CONSTITUINTE

As assembleias indígenas, que aconteceram na década 70, fizeram despontar algumas lideranças no cenário nacional como Mário Juruna Butsé e Ailton Krenak, que, juntamente com estudantes indígenas da Universidade Nacional de Brasília (UNB), criaram em 1980 a primeira organização representativa do movimento, a União das Nações Indígenas (UNI). O movimento começava a se fortalecer e a expor à sociedade a realidade pouco conhecida ou ignorada dos povos indígenas do Brasil. Setores conservadores, como igreja e Ordem dos Advogados do Brasil, manifestaram apoio à causa indígena e se posicionam contrários às ações arbitrárias do governo (pautadas nas noções de Segurança Nacional, assimilação e integração das populações indígenas à sociedade).

Com a aproximação do período Constituinte, os grupos indígenas começaram a se organizar. A UNI desempenhou um papel fundamental na mobilização da opinião pública tanto nacional, como internacional⁴ e teve excelente atuação, por meio da apresentação de propostas, emendas, programas, candidaturas.

Inserir-se e atuar no território Constituinte foi um grande desafio para os grupos indígenas, pois se tratava de um espaço dos brancos, com uso de ferramentas não indígenas, como escrita, leis e a estrutura vertical das comissões. Foi necessário penetrar neste território, do não indígena, até o centro das discussões, e eles o fizeram “com uma sabedoria invejável e levando com eles uma ampla carga simbólica que eram, na verdade, as suas verdadeiras armas” (BICALHO, 2010, p. 202), o que foi exaltado pela mídia indígena:

Os indígenas vieram a Brasília trazendo na bagagem material suficiente para se apresentarem a rigor, desde as tinturas de jenipapo (preta) e urucum (vermelha) até bordunas, cocares e adornos de penas coloridas que usam nos rituais em ocasiões especiais. Enfeitados e pintados, demonstraram, durante os dias que antecederam a votação do Capítulo dos Índios, que são ativos e organizados (PORANTIM, 1988, p. 8-9).

⁴ Em uma série de documentos encaminhados à Quarta Sessão do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da ONU, em Genebra, em 1985, vários temas referentes à questão indígena foram levados ao debate por iniciativa da UNI.

Para Costa (2019), a apropriação de diferentes elementos culturais, como forma de pressão aos congressistas, tornou-se a marca diferencial da participação política dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte. Foram muitas as ações neste sentido e uma das que teve repercussão internacional foi o dia que o indígena Ailton Krenak, vestindo um terno todo branco pintou o seu rosto com tinta de jenipapo, como metáfora de sua origem indígena e da luta de seu povo, enquanto fazia uma defesa enfática em torno da emenda sugerida pelas populações indígenas. O gesto foi marcante no Plenário da Comissão de Sistematização e sua imagem, carregada de valor simbólico, transcendeu os limites físicos. Os atos foram ganhando respaldo e simpatizantes.

Além das indumentárias tradicionais, ressalta Costa (2019), citando o Porantim, estavam na bagagem dos povos indígenas em Brasília “gravador, máquina fotográfica, papel, caneta equipamentos de videoteipe, para levar às aldeias o registro fiel da peregrinação” (PORANTIM, 1988, p. 9). Segundo o texto do jornal, “quase nada escapou aos gravadores e equipamentos de videoteipe dos índios”.

A luta dos povos indígenas teve seus méritos, com a inserção na Constituição, do Capítulo VIII, “Dos Índios”:

Era a primeira vez, em mais de “488 anos de história do Brasil”, que o Estado reconhecia aos índios direitos coletivos essenciais à sua sobrevivência física e cultural. Não foi apenas o direito originário às terras que a Constituição lhes garantiu, a nova Carta reconheceu-lhes o direito de permanecerem índios, povos etnicamente diferenciados (BICALHO, 2010, p. 230).

O texto foi aprovado no segundo turno de votações por um placar arrebatador de 437 votos favoráveis, oito contrários e oito abstenções, consolidando uma vitória histórica para os povos indígenas.

A Carta Magna de 1988 também resguardou às comunidades indígenas, na prática do ensino fundamental regular, “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (art. 210, § 2º) e ressaltou que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam a sua posse permanente” (art. 231, § 2º). A Constituição lhes ofereceu condições de reconhecer a si mesmo como sujeito de direito, garantindo-lhe autoconfiança e autonomia.

A movimentação indígena no sentido de organização, a resistência ao período militar e a luta pelos direitos na Constituição são nomeados por Maldonado-Torres (2019) como decolonialidade ou projeto decolonial, em

que o colonizado (condenado) se distancia dos imperativos e normas que são impostos sobre ele e que buscam mantê-lo separado de si, afastando-se da modernidade e da colonialidade. O projeto decolonial busca uma outra ordem mundial “onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36).

Nesse projeto, o colonizado participa como um agente de transformação, ao manifestar uma mudança de atitude, na emergência de um sujeito questionador, pensador, teórico e comunicador, rompendo com as desqualificações impostas pela colonialidade e discutindo estratégias para mudar as instituições específicas da sociedade. Destaca Maldonado-Torres (2019) que a mudança de atitude é crucial para um engajamento crítico contra a colonialidade do poder, saber e ser, que concentrou a ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental, que manteve o controle de todas as formas de subjetividade e de produção do conhecimento.

Entre as modificações protagonizadas pelos indígenas neste momento, estão as primeiras iniciativas comunicacionais nas quais eles eram os principais sujeitos. A coordenadoria Regional Sul da UNI, criou o Jornal Indígena, que teve sua primeira edição em 1984, com textos de Ailton Krenak, Alvaro Tukano e Catarina Guarani. O custo de impressão, as dificuldades de distribuição para alcançar as populações indígenas e a limitação da linguagem fizeram a UNI rever esse meio. E logo na sequência, Ailton Krenak, Alvaro Tucano e Biraci Yawanawa investiram em um outro veículo de comunicação, a rádio, com a criação em junho de 1985, na rádio 93,7MhZ, da USP, do Programa de índio:

Eram três cidadãos de etnias, língua-materna e pensamentos distintos, com a intensão de promover o diálogo com lideranças e personalidades indígenas, bem como não-indígenas sobre questões de cotidiano dos povos. Os depoimentos e entrevistas com lideranças indígenas importantes da época eram gravados, muitas vezes nos encontros que aconteciam muitas vezes nas próprias comunidades, muitas delas incomunicáveis para suas necessidades mais básicas (CARNEIRO, 2019, p. 58).

O programa existiu até 1990, com mais de 200 edições produzidas, que eram distribuídas a emissoras comunitárias e educativas, como a Rádio da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul e a Rádio EFEI, em Minas Gerais.

Na Paraíba teve origem, por volta de 1987, o informativo Grumim, idealizado pelo Grupo de Mulheres de Educação Indígena, da comunidade Potiguara. A intenção do projeto, segundo a idealizadora, Eliane Potiguara, era o “desenvolvimento de consciências críticas, mobilizando indivíduos e organizações ao ‘empoderamento’ do exercício dos direitos humanos para o desenvolvimento sócio-político-econômico de suas tradições e culturas” (POTIGUARA, 2018, p. 56 apud CARNEIRO, 2019, p. 133).

No audiovisual, a etnia Kaiapó foi pioneira, com uma capacitação de jovens da aldeia para a prática de filmagem e edição de vídeos, objetivando a troca de conteúdos entre as diversas aldeias. Além dos registros das práticas rituais, eram gravados encontros e reuniões com os não indígenas, como estratégia política. Rapidamente, eles passaram a dominar a utilização das câmeras de vídeo, tanto que, durante o processo Constituinte, a etnia teve uma participação diferenciada, pois além das lideranças ativas, tinham cinegrafistas com seus equipamentos, para filmarem “e foram devidamente fotografados por todos os jornalistas fotográficos que cobriam o evento” (TURNER, 1993, p. 88 apud COSTA, 2019, p. 30). Cabe destacar que, antes do ingresso no audiovisual, já na década de 60, os Kaiapó tinham experiências com gravadores de áudio e o rádio de ondas curtas (utilizados por agentes da Funai):

Com este acesso, foi possível que os Kaiapó se tornassem o primeiro povo da Amazônia brasileira a exercer a soberania sobre o registro de suas próprias imagens percebendo, de imediato, o potencial da tecnologia do vídeo e suas possibilidades representativas para fins políticos e culturais. Desta feita, os povos indígenas, (...) passam a ser protagonistas de suas próprias narrativas e a ocupar um espaço que historicamente lhes haviam negado (COSTA, 2019, p. 30).

O surgimento de alguns meios de comunicação que, conforme Raquel Carneiro (2019), abriram espaço à voz indígena, exatamente no momento em que o movimento indígena travava sua principal luta de inserção de direitos na constituição brasileira, não foi por acaso:

O direito à comunicação é potencializador da busca por todos os demais direitos, criando, o sujeito, ao comunicar-se, condições mais favoráveis para constituir-se como um cidadão mais completo, capaz de intervir de forma qualificada e integrar-se à sociedade e aos processos decisórios (HAUBRICH, 2017, p. 66).

O informativo Grumim, o jornal Indígena e o Programa de Índio são canais precursores por meio dos quais os indígenas exercem o direito à comunicação, que é a liberdade para dizer a própria palavra, para falar de si. Reforçando este pensamento, Haubrich (2017) compreende que sem a cidadania comunicativa não se pode formar cidadãos completos.

ANOS 90: EXPANSÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

A movimentação realizada durante a Assembleia Nacional Constituinte e a aprovação da Constituição, que reforçaram a autoconfiança e autorrealização dos povos indígenas, fizeram com que além da UNI, muitas outras organizações indígenas surgissem no Brasil⁵. Algumas delas com caráter local, como aldeias, comunidades e municípios, outras com amplitude regional, abrangendo mais de um estado e integrando diferentes povos, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Surgiram também organizações de diferentes categorias profissionais e de gênero (de professores, de jovens, de mulheres), de uma apenas etnia ou congregando várias e com fins específicos. Portanto, não é possível, explica Bicalho (2010), pensar o movimento indígena como um todo homogêneo, pois trata-se de uma realidade na qual convivem mais de duzentos povos com especificidades linguísticas, culturais, religiosas e organizacionais. Cada povo tem suas próprias demandas e reivindicações, formas de agir, estratégias e ações, apesar de haver uma cultura política nacional articulada na luta por algumas bandeiras unificadas.

Na comunicação também começaram a surgir diversas iniciativas, a maioria centrada em alguma comunidade ou etnia. Em 1994, no Amazonas, a Foirn tinha uma rede de 21 rádios operadas diariamente por comunidades indígenas, em cooperação com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação e o Instituto de Cooperação Internacional da Áustria. O município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, era a sede da rede de rádios. No Tocantins, a Associação das Aldeias Krahô também iniciou neste período uma rádio comunitária, além de jornal e vídeo, resultado de uma oficina de formação de comunicadores. O projeto tinha parceria da Funai e

⁵ No encarte Povos Indígenas do Brasil 1991/95, organizado pelo Instituto Socioambiental, o antropólogo Carlos Alberto Ricardo publicou um quadro das organizações indígenas registradas em cartório. Nele estão arroladas 109 (cento e nove) organizações indígenas; e em um segundo quadro consta a existência de 30 (trinta) organizações de apoio aos povos indígenas (não governamentais).

da Universidade Federal de Goiás (UFG). A aldeia Bororó, da etnia Guarani-Kaiowa, em Dourados, Mato Grosso do Sul, também iniciou em 2002, a comunitária Rádio Awaeté MBareté, como fruto de uma oficina de capacitação, com apoio do Ministério da Saúde, da Unesco, da UFG e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Como estas, várias outras iniciativas de comunicação radiofônica se proliferaram pelo Brasil (CARNEIRO, 2019).

No final da década de 80, início dos anos 90, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) iniciou o projeto Vídeo nas Aldeias, com objetivo de tornar acessível o uso do vídeo nas comunidades indígenas. Inicialmente, o projeto implantou uma rede de videotecas e executou a produção de vídeos em 12 aldeias:

O projeto possibilitava a projeção de vídeos sobre a realidade de diferentes povos indígenas do território nacional. (...) esta estratégia buscava ampliar a rede de aliança entre os Povos e promover o conhecimento sobre as manifestações culturais, a vida social, as lutas políticas e os desafios enfrentados na singularidade de múltiplos grupos em sua relação com a sociedade envolvente (GALLOIS; CARELLI, 1995; ARAÚJO, 2015 apud COSTA, 2019, p. 31).

Entre os anos de 1997 e 1999, o projeto trabalhou na capacitação de indígenas e disponibilização de equipamentos de produção de vídeo, para que eles próprios produzissem seus materiais, tornando-se uma importante escola de formação de cineastas indígenas. Até 2015, cerca de 70 filmes entre longas, médias e curtas-metragens protagonizados por indígenas de diversas etnias e com variedades temática, estética e conceitual foram produzidos e se tornaram referências para o cinema indígena brasileiro.

Percebe-se que a participação de organizações parceiras, ministrando capacitações e viabilizando a aquisição de equipamentos, foi fundamental para a consolidação das iniciativas de comunicação. Explica Bicalho (2010) que cada vez mais as entidades parceiras passaram a ocupar papéis de apoiadoras e defensoras dos direitos indígenas, sem tomarem para si o papel de executoras das propostas e diretrizes do movimento indígena brasileiro, ficando essa função principalmente às lideranças indígenas articuladas. Três organizações destacam-se por terem trabalhado diretamente no sentido de garantir a esses povos os seus direitos: o Instituto Socioambiental (ISA), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Centro de Trabalho Indígena (CTI).

A criação de novos espaços comunicacionais, em que os indígenas se tornam sujeitos produtores, fez com que a comunicação deixasse de ser

entendida como mera transmissão de dados ou de informações, e se tornasse “um processo de diálogo voltado à emancipação” (HAUBRICH, 2017, p. 68). O pesquisador ressalta ainda que é na possibilidade de comunicar-se que o indivíduo se desatomiza, se reconhece e reconhece o outro, como parte de uma comunidade com quem estabelece diálogo.

A década de 90 também foi marcada pela extinção da UNI, a entidade que foi fundamental durante o processo constituinte, não estava mais conseguindo atender às demandas das comunidades, e não sobreviveu às dificuldades de organização interna e à centralização de poderes em algumas lideranças indígenas.

A entidade logo foi substituída pelo Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib), fundado durante a III Assembleia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), em 1992, na cidade de Luziânia, Goiás. O Conselho foi inicialmente formado por 25 líderes indígenas do país, com a proposta de manter uma relação direta com as bases, por meio de várias organizações que o compunham, como a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Coiab. A entidade, organizada horizontalmente, conseguiu trazer ao debate nacional as necessidades de indígenas de diferentes partes do país.

Foi uma entidade com um tempo curto de vida, mas importante nas contestações ao Decreto Nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que propunha novos procedimentos administrativos para a demarcação das terras indígenas, e nas manifestações das comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil, marcadas por divergências internas e com as organizações parceiras, e por muita violência e opressão. Bicalho avalia que, apesar da insatisfação nos meses e anos seguintes às comemorações dos 500 anos, o acontecido foi produtivo no sentido de fazer lideranças e organizações indígenas repensarem perspectivas e atitudes: “O Movimento Indígena como um todo se inseriu num período de crise de identidade, em especial quanto à questão da representatividade e do protagonismo indígena no que tange à luta pelos seus direitos” (BICALHO, 2010, p. 274). A pesquisadora ressalta que o movimento entrou em um momento de introspecção e reavaliação.

ANOS 2000: O PROTAGONISMO

Alguns anos depois, a candidatura e a eleição à presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva revigoraram as energias dos movimentos sociais. A política indigenista do governo, nada ou pouco comprometida com a defesa e a garantia dos direitos indígenas, movimentou um novo processo de articulação, inicialmente através da

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), com o lançamento de uma campanha nacional e internacional em defesa dos direitos dos povos indígenas. Neste contexto aconteceu, de 15 a 19 de abril de 2004, o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL), a mais importante mobilização do movimento indígena nacional. O primeiro encontro teve o objetivo principal “de cobrar a imediata homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol” e evitar o “retrocesso nos direitos amparados pela Constituição Federal” (BICALHO, 2010, p. 307). O ATL tornou-se um evento anual, reunindo lideranças indígenas de diferentes povos de todo Brasil. Acampados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, realizaram debates, reuniões, assembleias, mobilizações, marchas e ações culturais e, principalmente, pressão junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministérios e outros órgãos federais, para a efetivação de direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal. Foi com o objetivo principal de ser organizadora do Acampamento Terra Livre, que surgiu, em 2005, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)⁶. Como o próprio nome sugere, trata-se de uma organização que visa fortalecer a articulação do Movimento Indígena em âmbito nacional ao mobilizar as organizações que lutam pelos direitos desses povos e que, interligadas, representam o movimento indígena. A Apib surge num momento de aproximação com o Estado, com a possibilidade de maior diálogo e de conquistas de mais espaços nas instâncias participativas de tomadas de decisões sobre a política indigenista nacional (SILVESTRI, 2019). Uma das conquistas foi a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, após a realização da primeira conferência nacional de política indigenista.

O ATL, que nas primeiras edições reunia de quinhentas a mil lideranças, no ano 2017 levou a Brasília quatro mil indígenas de 200 comunidades, enfrentando a repressão policial do Governo Temer. O comunicador indígena Erisvan Guajajara (2021) lembra que foi neste evento que a comunicação indígena ganhou espaço e força, com uma reunião de jovens para discuti-la como estratégia fundamental para as lutas do movimento.

⁶ Apib é formada pelas seguintes instituições: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e região (ARPIPAN), Aty Guaçu (Grande Assembleia do Povo Guarani Kaiowa), Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

O encontro de comunicadores no ATL foi reflexo de uma série de iniciativas comunicacionais que se proliferaram Brasil a fora, a partir do ano 2000. A Associação Yanomami Hutukara⁷ criou um jornal, um site e muitas rádios, com objetivo de melhorar a comunicação yanomami. O jornal Hutukara teve sua primeira edição publicada em 2007 e a última em 2014; foram 15 edições, cada uma com uma temática e produzidas em diferentes línguas indígenas. O jornal tinha apoio da Embaixada Norueguesa, da Agência Católica para o Desenvolvimento (CAFOD), da Rainforest Foundation Norway (RFN) e do Instituto Socioambiental (ISA), porém, no seu expediente, constam apenas nomes indígenas.

No Mato Grosso do Sul, em 2005, a **Ação dos Jovens Indígenas de Dourados (AJI)**⁸, com o suporte do Grupo de Apoio aos Jovens Indígenas do Mato Grosso do Sul (GAPK), criou o jornal AJindo, que teve 34 edições, circulando até 2018. **A iniciativa foi da antropóloga Maria de Lourdes Beldi de Alcântara**, junto com jovens Guarani-kaiowa e Nñdeva e Aruak-Terena. Desde março de 2020, conforme o site da organização, a AJI trabalha na produção de podcasts, com periodicidade semanal, com o nome Rádio AJI, e apoio do Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas (IWGIA). A organização realiza oficinas de capacitação dos jovens, entre elas de jornalismo e fotografia.

Na internet, foram muitas as iniciativas. Algumas com duração temporária, outras com mais longevidade e periodicidade. O site Índios Online⁹ denomina-se como um portal de diálogo, encontro e troca intercultural que valoriza a diversidade, facilitando a informação e a comunicação e disseminada aos povos indígenas e à sociedade em geral. É uma rede composta de indígenas voluntários das etnias Macuxi (Roraima), Pankararu (Pernambuco), Kariri Xocó (Alagoas) e Pataxó Hã Hã Hãe (Bahia) e conta com apoio da Ong THYDÊWÁ e do Ministério da Cultura. As pautas principais abordadas no site são a violência contra os povos indígenas e eventos, reuniões e assembleia em comunidades. O grupo também se volta para a capacitação de indígenas para a produção de informações. O movimento Visibilidade Indígena¹⁰ é outro grupo que trabalha para dar visibilidade aos direitos, lutas e cultura indígenas. O movimento fundado em 02 de setembro

⁷ <http://www.hutukara.org/>

⁸ <https://jovensindigenas.org.br/>

⁹ <https://www.indiosonline.net/>

¹⁰ <http://visibilidadeindigena.blogspot.com/>. Tem também Facebook, Instagram e canal no YouTube.

de 2017 tem a participação de indígenas e não indígenas. O blog e o Facebook trazem conteúdos de produção própria e também muitos compartilhamentos de outros sites.

Outro movimento referência é a Mídia Índia, criado em abril de 2015, com objetivo de divulgar para o mundo a vida dos indígenas brasileiros, de maneira diferente da forma negativa e preconceituosa veiculada pela mídia tradicional. A Mídia Índia nasceu dentro do projeto de capacitação audiovisual Coisa de Índio, com a participação de jovens Guajajara e Krikati, do Maranhão, sob a liderança do jornalista indígena Erisvan Guajajara, com a parceria da Mídia Ninja. A equipe de trabalho é formada por 10 indígenas, com uma rede de apoio de mais de 100 comunicadores de todo o Brasil. Foi um dos grupos de comunicação que se fortaleceu muito nos últimos anos, e hoje reforça o *slogan* “Ocupando as Redes, demarcando as telas”. Em 2020 foi vencedora da XIX edição do Prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos, Fundação Casa América Catalunya, na Espanha, quando havia alcançado 108.000 seguidores na rede social Instagram e 53.000 no Facebook. A plataforma também está presente no Twitter, com cerca de 7.500 seguidores, no YouTube: “Nós estamos aqui para ocupar esse espaço que durante muito tempo foi nos negado – mostrar o nosso protagonismo e contar a nossa história como ela mesmo deve ser contada”, ressalta Guajajara (2021).

Na produção radiofônica, citamos a Rádio Cunha, um projeto da Rede Pelas Mulheres Indígenas, criado em fevereiro de 2016, com a participação de mulheres das etnias Pataxó Hã Hã Hãe e Tupinambá (Bahia), Pankaruru e Kariri Xocó (Pernambuco), Karopoto (Alagoas) e Xokó (Sergipe). O projeto iniciou com oficinas sobre violência contra a mulher e preconceito e de capacitação para a prática do radiojornalismo. Nos anos de 2017 e 2018 foram produzidos 12 programas de rádio disponibilizados no YouTube e Soundcloud¹¹.

O boletim radiofônico Wayuri, produzido pela Rede de Comunicadores do Alto Rio Negro, Rede Wayuri, foi criado durante uma oficina de formação, em outubro e novembro de 2017. O programa é produzido por 17 comunicadores indígenas das etnias Baniwa, Baré, Tukano, Tuyuka, Tariano, Desano, Wanano e Yanomami. Segundo Raquel Carneiro (2019), o programa foi criado para fortalecer a comunicação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e as comunidades indígenas,

¹¹ Canal no YouTube – <https://www.youtube.com/user/mulheresindigenas>

sendo transmitido na própria língua dos comunicadores e em português. As notícias são gravadas em áudio e repassadas pelo WhatsApp ou por radiofonia. O nome do programa é uma palavra em Nheengatu, uma das três línguas oficiais indígenas de São Gabriel da Cachoeira, que significa “trabalho coletivo”. Este é também o nome de um boletim impresso que foi editado pela Rede até o ano de 2017, por ocasião das demarcações das terras do Rio Negro, com uma tiragem de dois mil exemplares e produção trimestral. No ano de 2020, o boletim Wayuri teve edições especiais de informação sobre a Covid-19. Uma delas, com orientações sobre cuidados para prevenção, foi editada em cinco diferentes línguas indígenas e em português. A Foirn abrange 750 aldeias, 35 mil indígenas, 23 grupos étnicos, que vivem numa área de 11,6 milhões de hectares. A Rede Wayuri conta com a assessoria do Instituto Socioambiental (ISA), apoio financeiro da União Europeia (EU), parcerias com a UNICEF, Rádio Yandê e com a agência de jornalismo Amazônia Real.

Outro boletim de áudio que se transformou em podcast foi o Copiô Parente, criado em 2015, pela jornalista Leticia Leite, do Instituto Sócio Ambiental (ISA). Inicialmente, era distribuído para 30 pessoas e hoje atinge um público de seis mil pessoas, e é apresentado pelo indígena Xavante Cristian Warui¹².

Em novembro de 2013, foi criada a primeira rádio indígena *on-line*, a Rádio Yandê¹³, formada por jovens comunicadores indígenas das etnias Tupinambá, Baniwa, Tukano, Pataxó Hã Hã Hã e Terena. Segundo o site, a rádio produz programas informativos e educativos que trazem para o público um pouco da realidade indígena do Brasil, desfazendo antigos estereótipos e preconceitos ocasionados pela falta de informação. Atualmente, segundo explica Daiara Tucano (ATL, 2021) a rádio é ouvida em 60 países, por mais de 500 mil ouvintes. Além dos comunicadores diretamente ligados à produção de conteúdo da rádio, explica Tucano, várias outros indígenas, em suas aldeias e terras indígenas, passam informações à rádio sobre o que está acontecendo em suas localidades: “Uma rede de comunicação é muito importante, estratégica na luta por nossos direitos” (TUCANO, ATL, 2021).

Também são protagonistas na internet, alguns youtubers indígenas, entre eles, podemos citar: o artista plástico e fundador da rádio Yandê,

¹² <https://soundcloud.com/socioambiental/sets/copio-parente>

¹³ radioyande.com.br.

Denilson Baniwa, que apresenta questões para conhecimento e reflexão sobre o cotidiano da população indígena, especialmente os que vivem na cidade (CARNEIRO, 2019, p. 148), e Cristian Wariu, jovem Xavante, com ascendência Guarani, que fala sobre a diversidade indígena, crenças, música, artesanato e culinária, na busca por desmistificar preconceitos.

Ao listar os meios e produtos de comunicação acima, em hipótese alguma, pretende-se atingir a totalidade do que está se realizando em termos de comunicação indígena, especialmente nas redes sociais, pois a cada dia novos produtos e canais são criados. Esta exemplificação, porém, demonstra uma crescente tanto na quantidade como na diversidade dos produtos disponibilizados. Além de evidenciar a qualificação dos seus produtores que, além de cursos rápidos para a operacionalização dos equipamentos e produção de conteúdo, têm buscado a formação universitária nas diversas áreas da comunicação. A formação e qualificação de lideranças, tanto em áreas básicas, entre elas saúde e educação, como em áreas estratégicas como direito e comunicação, é uma das prioridades do movimento nas últimas décadas.

Outra característica que se pode perceber nestas práticas comunicacionais é o trabalho em rede, ou seja, com um grupo coordenador, mas vários outros indivíduos de diferentes etnias, atuando na produção, no repasse e distribuição de informações. Destaca-se também o constante apoio de organizações internacionais às entidades indígenas brasileiras, tanto na realização de projetos específicos como também nos momentos intensos de reivindicações e lutas por direitos.

A coletividade é outra característica da comunicação, que reforça sua inserção no projeto decolonial, em que uns estendem as mãos aos outros, e em que não é possível avançar sozinho, isolado. Neste sentido, Maldonado Torres (2019) reforça que é preciso pensar, criar e agir junto em várias formas de comunidade para transformar o mundo, no caso específico, alterar o que está delimitado para os indígenas.

Como já foi colocado anteriormente, podemos observar que momentos de dificuldades solicitam reformulações. Neste sentido, a necessidade de lutar por sobrevivência durante a pandemia do novo coronavírus, a partir de março de 2020, mobilizou a criação e fortalecimento de muitos produtos comunicacionais, inclusive na língua nativa dos povos, para o repasse de informações sobre a prevenção e os cuidados com a Covid-19. Os setores de comunicação das principais organizações do movimento indígena, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e as entidades que a compõe, constituíram um Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena para estruturação de um plano emergencial de enfrentamento da Covid-19 no Brasil. O plano previa uma série de ações de comunicação, tanto para os

povos indígenas, como para a comunidade em geral e os meios de comunicação, valorizando a juventude indígena e estimulando a implantação de redes de comunicadores para a disseminação de informações de qualidade e combate às fake News.

Um diferencial da comunicação construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio é autonomia, ou seja, estar livre do controle dos que detêm o poder institucional. Para Castells (2015, p. 13), “A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação”. O autor destaca que os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformam, criando novos modos de organizar a vida social. Castells chama essa perspectiva diferenciada de contrapoder, e a comunicação autônoma é base para essa construção. A comunicação, como uma construção de significados na mente das pessoas, torna-se “uma fonte de poder mais decisiva e estável”, que a coerção, explica Castells (2013, p. 9).

Diante da importância da comunicação e do valor da informação durante a pandemia do novo coronavírus, a Apib, por meio do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, realizou periodicamente um levantamento de números de indígenas contaminados e mortos pela Covid-19, em cada etnia, em cada estado, moradores das aldeias e das cidades. Com os dados atualizados, organizou mapas e tabelas, disponibilizou-os à mídia nacional e internacional e divulgou-os nas mídias sociais em diferentes idiomas. A necessidade de organização destes dados foi devido ao fato de a Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), Ministério da Saúde, apresentar informações somente considerando como indígenas aqueles que vivem nas aldeias. A partir do banco de dados disponibilizado pela organização indígena, a imprensa nacional e internacional passou a utilizá-los como fonte, não mais citando os dados subnotificados da Sesai.

Para a comunicação com as entidades não indígenas, a Apib e suas organizações parceiras organizaram um blog (quarentenaindigena.info) e produziram constantemente *releases*, tabelas e *PowerPoint* de forma didática e clara, notas de repúdio às ações governamentais e notas à imprensa. O contato e os fluxos de informação com os meios de comunicação regionais, nacionais e internacionais intensificaram-se. Muitas *lives* e debates virtuais foram promovidos pelas organizações indígenas e eventos, que tradicionalmente eram realizados presencialmente, como Acampamento Terra Livre, ocorreram de forma virtual. Campanhas, como a “Vacina Parente”, com a realização de *lives*, *podcasts*, entrevistas com profissionais de saúde, textos informativos e charges, foram realizadas.

É importante considerar que frente à efervescência de ações de comunicação que se proliferaram nos meses da pandemia do novo coronavírus, politicamente os povos indígenas enfrentam o governo do presidente Jair Bolsonaro, que, desde a campanha política (em 2018), declarava-se anti-indígena. Cabe destacar que muitas têm sido as ações deste governo para autorizar a mineração em terras indígenas, para mudar as normas das demarcações de terra e para legitimar a invasão e o desmatamento em áreas indígenas. Frente a esse cenário, o movimento indígena tem agido de forma efetiva e articulada. As ações junto ao Supremo Tribunal Federal, as articulações internacionais e políticas e as mobilizações tanto *on-line*, como presenciais, de pressão junto aos representantes eleitos e a opinião pública são uma constante.

Como podemos perceber, sob a perspectiva do projeto decolonial, a comunicação é fundamental, pois esse é um projeto que exige exatamente que o sujeito condenado se desvie de qualquer coisa que promova o isolamento e o fechamento, e que emergja como um questionador, pensador, teórico, comunicador, o que requer um compromisso com o corpo como algo aberto, como uma zona de contato, como uma ponte e zona de fronteira. “A crítica decolonial encontra sua âncora no corpo aberto. Quando o condenado comunica as questões críticas que estão fundamentadas na experiência vivida do corpo aberto, temos a emergência de um outro discurso e de outra forma de pensar”, conforme destaca Maldonado-Torres (2019, p. 47). Portanto, essa transição da solidão para a possibilidade de comunicação passa pela formulação de questões críticas. A reflexão sobre o projeto decolonial, vem reforçar algo que se percebeu durante o decorrer de nossa discussão dando destaque à necessidade das ações políticas e sociais do movimento estarem integradas e perpassadas pelas ações de comunicação.

CONSIDERAÇÕES

A produção deste artigo permite compreender como as ações comunicativas foram importantes para o fortalecimento do movimento e para a cidadania indígena, como também o quanto as ações do movimento estimularam as práticas comunicativas. Além disso percebe-se uma caminhada complementar na busca de autonomia, qualificação e protagonismo.

No início do movimento, na década de 70, quando as primeiras assembleias indígenas aconteciam, estimuladas pelo Cimi, os jornais Macaxeira e Porantim foram os informativos precursores a tratar das questões indígenas. Tanto as assembleias quanto os jornais tinham a produção de entidades apoiadoras da causa.

Na década de 80, já no período pré-Constituinte e Constituinte, o Programa de Índio, os audiovisuais dos Kaiapó e o Informativo Grumim trazem à sociedade a voz dos próprios indígenas. Sem muito conhecimento na área, apropriando-se das tecnologias, os indígenas fizeram suas primeiras produções. Nos cenários políticos de Brasília, eles precisaram entrar no território dos brancos, aprender sobre leis, ementas e comissões para conquistar seus direitos. Era um momento de lutar por direitos, e o direito à comunicação é um deles, potencializador dos demais e fundamental para emancipação. Inserindo-se em um território, um tanto desconhecido, os indígenas vão pronunciando sua voz, sendo ouvidos e conquistando o reconhecimento de cidadãos.

Após as conquistas da Constituinte, a década de 90 é de multiplicação das organizações indígenas, que surgem nas mais diferentes instâncias em território nacional. Configura-se uma descentralização, com a extinção da UNI e a criação da Capoib. É nos primeiros anos desta década que são demarcadas a maioria das terras indígenas, sendo que a Constituição de 1988 previa cinco anos para que essa ação fosse realizada. Da mesma forma, na comunicação, multiplicam-se as iniciativas, a maioria delas fruto de projetos de capacitação realizados nas aldeias, coordenados por organizações nacionais e internacionais. Ao apropriarem-se de conhecimentos, tanto para a operar os equipamentos quanto para a produção do conteúdo, os grupos indígenas vão conquistando autonomia.

Os anos 2000 chegam com os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, que, mesmo mais aberto ao diálogo, foi pouco comprometido com as pautas indígenas. Este cenário exigiu um novo processo de articulação das populações indígenas, o que provocou o primeiro Acampamento Terra Livre e a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), instâncias articuladoras na luta pelos direitos indígenas. Na comunicação, há a expansão da internet e as novas tecnologias aos poucos vão se tornando mais acessíveis. Nestes 20 anos podemos vislumbrar uma efervescência de produtos comunicacionais indígenas e, embora negativa para a população mundial, a pandemia do novo coronavírus tornou-se uma alavanca para impulsionar a comunicação produzida pelas organizações indígenas brasileiras. O Copiô Parente, a Rádio Yandê e a Mídia Índia são exemplos de produtos criados e desenvolvidos por indígenas, que se apropriaram de conhecimentos, buscaram a qualificação universitária e articularam recursos, junto a organizações nacionais e internacionais. Paralelamente, o movimento indígena ingressa pela primeira vez em 2020 no STF com um advogado e em causa própria, o movimento indígena vai à Organização das Nações Unidas (ONU) solicitar apoio para a não aprovação da PL 490, ou seja, o protagonismo está em todas as instâncias.

Ao ocupar e demarcar a internet e as mídias sociais com a sua voz, cultura e informações, a comunicação e o movimento indígena vão construindo novos conhecimentos na sociedade, formando novos espaços públicos e, conseqüentemente, sendo reconhecido e respeitado. Percebe-se, conforme está exposto no decorrer deste artigo, que a construção e fortalecimento do movimento indígena, aconteceu conjuntamente à estruturação das suas estratégias de comunicação. Temos, assim, uma comunicação produzida pelos próprios indígenas, que em diferentes momentos participaram de processos de capacitação, nos quais se apropriaram das habilidades de gravar, editar, fotografar, produzir e escrever, para ocupar espaços e formar uma nova esfera de conhecimento sobre si. Uma comunicação organizada em rede, ou seja, coletiva com representantes na maioria das etnias e terras indígenas.

REFERÊNCIAS

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE. GUAJAJARA, Erisvam. **Indígenas On line: as estratégias da Rede de Jovens Indígenas Comunicadores na defesa dos seus territórios**. 2021. Disponível em:

<https://www.facebook.com/watch/live/?v=178448420797640&ref=watch_permalink>. Acesso em: 07 maio 2021.

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE. TUCANO, Daiara. **Indígenas On line: as estratégias da Rede de Jovens Indígenas Comunicadores na defesa dos seus territórios**. Disponível em:

<https://www.facebook.com/watch/live/?v=178448420797640&ref=watch_permalink>. Acesso em: 07 maio 2021.

APIB. **Plano de enfrentamento da COVID-19 no Brasil**. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/10mnIVPAflCSpUUVMoL72IcOB9-IJV3W/view>>. Acesso em: 07 maio 2021.

ASCOM. CIMI. **Porantim**, n. 400, 2017. Disponível em:

<<https://cimi.org.br/2017/12/memoria-e-luta-porantim-edicao-400/>>. Acesso em: 09 maio 2021.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Tese (Doutorado em História). Brasília: UnB, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, Raquel Gomes. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadã da rádio Yandê**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. São Paulo: Zahar, 2013.

COSTA, Gilson Moraes da. **A'uwe Höïmanadzé: Práticas de resistência na produção audiovisual Xavante**. Tese (Doutorado Estudos de Cultura Contemporânea), Cuiabá (MT): UFMT, 2019.

GUAJAJARA, Erisvan. **Mídia Indígena é reconhecida com o Prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos na Espanha**. Amazonia Real. 04/12/2020. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/midia-india-e-reconhecida-com-o-premio-joan-alsina-de-direitos-humanos-da-espanha/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas**. A Palavra da rebeldia. Florianópolis (SC): Insular, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PORANTIM. Informativo do CIMI. **Povos Indígenas ocupam o Congresso Nacional**, n. 109, p. 08-09, jun. 1988.

QUEIROZ, Antonio Carlos. **Memória e Luta**. Porantim, n. 400, 2017. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2017/12/memoria-e-luta-porantim-edicao-400/>>. Acesso em: 09 maio 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (organizador). **A Colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. Tradução Júlio César Casarin Barroso Silva.

SCHWADE, Egydio. Antonio Brand. **Tellus**, ano 12, n. 23, jul./dez. 2012. Campo Grande (MS). Disponível em:

<<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/271/176>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVESTRI, Magno. **Conflitos Territoriais e a R-existência do Povo A'uwẽ-Xavante: Luta pela Terra e pelo Território no Leste Mato-Grossense**. Tese (Doutorado em Geografia) Niterói (RJ): UFF, 2019.

TORRES, Nelson Maldonado. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2019.